



Projeto Diálogos com o Ensino Médio

Curso de Atualização Juventude Brasileira e Ensino Médio Inovador - JUBEMI

Novembro, 2012

Módulo IV
Eixo Temático IV

As Regras Escolares e as Diferentes Sociabilidades
Juvenis

Autoria
Paulo Nogueira e Sara Villas

MÓDULO 4 - EIXO TEMÁTICO 4

AS REGRAS ESCOLARES E AS DIFERENTES SOCIABILIDADES JUVENIS

INICIANDO O MOSAICO

Olá Car@ Cursista!

Esse eixo temático vai tratar de um tema que preocupa toda a sociedade que é a questão da relação dos jovens alunos com as regras escolares.

É cada vez mais comum vermos notícias associadas à ausência de regras e limites dos alunos e situações de violência e agressão na escola. São ações que se dão dentro da escola ou ao seu redor, mas que a atingem e muitas vezes interferem em sua organização e até mesmo nas atividades cotidianas relacionadas ao andamento das aulas e da aprendizagem.

Mas também há outras formas de ações que alteram o cotidiano da escola - não menos preocupantes, mas provavelmente menos visíveis midiaticamente - quase como se já fizessem parte do mesmo, que são as famosas indisciplinas cotidianas. Entram nessa categoria a agitação e gritaria em sala de aula, a falta de respeito com colegas e professores, a falta de concentração no conteúdo das aulas, os burburinhos, mentiras, manipulações e conflitos diários.

Essas ações, entre outras, alteram as expectativas que temos do que seja uma escola e de como devem ser realizadas as aulas. Mas uma questão é importante questionar, é possível analisar esses fenômenos e separar o joio do trigo para não tratar tudo como farinha do mesmo saco?

É isso que pretendemos fazer aqui. Inclusive porque não importa achar culpados, não se trata de um tribunal da inquisição, mas de refletir sobre o que são esses fenômenos para que a escola possa melhor tratar dessas questões em seu cotidiano.

Bem, esperamos que você goste do eixo temático, seja bem-vindo!

Paulo Nogueira¹ e Sara Villas²

¹ Paulo Henrique de Queiroz Nogueira é professor da Faculdade de Educação da UFMG e do Observatório da Juventude.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Graduada em História; Professora de História da rede particular.

Problematizando

“Adolescente pinta cabelo de azul e é impedida de frequentar escola”

Dario de Negreiros, colaboração para a Folha, de Ribeirão Preto em 17/02/2012.

“Escola impede entrada de alunas por roupas ‘provocativas’ na zona oeste de São Paulo”

Redação Guia com PbAgora em 03/03/2012.

“Bullying por internet contra estudante é debatido em escola: Vítimas não conseguem se defender porque o agressor é anônimo.”

postado em 30/03/2010 no G1.

“Escola municipal coloca câmeras em banheiros em São José dos Campos:

Medida foi tomada para tentar diminuir a violência.

Segundo escola, pais aprovaram a instalação dos equipamentos.”

Postado em 03/04/2012 no G1.

“Projetos de lei propõem instalação de detectores de metal nas escolas:

Propostas foram apresentadas no Congresso Nacional e na Câmara do Rio, educadores dizem que medida aumentaria potencial de violência escolar.”

Fernanda Nogueira, Glauco Araújo e Paulo Guilherme do G1, em São Paulo

07/04/2011

Para iniciar a conversa propomos aqui uma reflexão sobre assuntos que vira e mexe invadem as mídias causando polêmicas e convocando a sociedade a se posicionar sobre as múltiplas facetas que envolvem essa complicada relação escola-sociedade. As manchetes acima nos provocam a pensar sobre a radical separação entre as regras escolares e as regras sociais a partir do diálogo entre cultura escolar e cultura juvenil.

Pense bem: o que teria de tão ameaçador à escola no fato de uma aluna pintar os cabelos de azul ou usar acessórios provocativos? O argumento utilizado pela escola, no caso citado, era o de que “no regulamento da escola diz que o cabelo dos alunos deve

estar dentro de uma normalidade racional", mas quem define o que é normal ou anormal numa sociedade tão diversa quanto a nossa?

Outra polêmica: será que ao adotar medidas drásticas de prevenção e controle tais como colocar câmeras nos banheiros ou instalar detector de metais na entrada, as escolas não estariam abusando da sua autoridade e invadindo a privacidade dos alunos? Será que tais estratégias garantem o enfrentamento à violência, ou ao contrário, podem "aumentar ainda mais o potencial da violência escolar" como sugere a manchete? Será que em tempos de valorização da liberdade de expressão, da diversidade, da pluralidade de ideias e da promoção da cultura do diálogo as escolas não estariam dando um passo atrás diante de tais conquistas ao impedir ou tentar cercear certas manifestações juvenis?

Tais perguntas não têm e nem devem ter uma única resposta, afinal, as regras, normas e regimentos escolares são construídos dentro de um contexto social, econômico e cultural, que deve sempre ser levado em conta por todos que interagem em determinados âmbitos sociais.

Assim, as regras são necessárias para o bom convívio entre as pessoas, pois são elas que sinalizam para os indivíduos quais são as expectativas sociais que organizam a vida pública. As regras compõem o nosso quadro de referências para vivermos em sociedade e darmos conta de nos inserirmos nos distintos contextos da vida social.

Contudo, a constatação que podemos fazer diante das manchetes acima é que, na maioria das vezes, as proibições só servem para explicitar o quanto a escola cria algumas regras que não possuem vínculos diretos com a aprendizagem ou com a organização da sala de aula. São regras externas ao contexto escolar e que, às vezes, apontam muito mais para valores do mundo adulto do que para aqueles compartilhados pelos jovens. E mais, definitivamente, não há como a escola desconsiderar que as vivências, atitudes, regras e comportamentos experimentados pelos jovens fora dos muros da escola compõem a própria cultura escolar.

Pintar o cabelo de azul ou usar boné é uma manifestação que inviabiliza os contextos de aprendizagem ou de convivência entre os alunos? Porque é tão difícil conviver com alunos que manifestam comportamentos destoantes de uma certa noção de costumes e de valores muito mais correspondentes a uma visão do mundo do que a uma exigência pedagógica?

A proposta então é a de pensar sobre como os jovens do Ensino Médio, considerando toda a diversidade implicada nessa juventude, têm lidado com as regras e

normas “impostas” ou “construídas” pela escola. E mais, como o modo com que administram a disciplina ou indisciplina faz parte do jogo de estratégias de manutenção da interação das expressões juvenis com a escola?

Como são elaboradas, cobradas, cumpridas ou transgredidas as regras na sua escola? Em que medida elas têm um caráter construtivo ou meramente punitivo? De que modo elas têm sido capazes de dialogar ou não com a cultura juvenil? Como os alunos e professores têm lidado com tais regras? De que maneira o clima escolar tem interferido na construção de um ambiente de tensão e indisciplina ou, ao contrário, de diálogo e construção? É isso que propomos refletirmos juntos por aqui.



Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa... será?

Bagunceiro, indisciplinado, desordeiro e violento.

É comum a gente classificar os jovens alunos com palavras como essas. Mas será que elas dizem a mesma coisa? Ou, para um professor, dizer que um aluno é bagunceiro é menos grave do que ele ser indisciplinado? E o que é desordem para um pode ser violência para outro?

Bem, como então classificar os atos praticados pelos alunos que alteram as rotinas da sala de aula?

O termo **violência** deve ser reservado ao que ataca a lei com uso da força ou ameaça usá-la: lesões, extorsão, tráfico de droga na escola, insultos graves. A **transgressão** é o comportamento contrário ao regulamento interno do estabelecimento (mas não ilegal do ponto de vista da lei): absenteísmo, não realização de trabalhos escolares, falta de respeito, etc. Enfim, a **incivilidade** não contradiz, nem a lei, nem o regimento interno do estabelecimento, mas as regras da boa convivência: desordens, empurrões, grosserias, palavras

ofensivas, geralmente ataque cotidiano e com frequência repetido ao direito de cada um (professor, funcionários, aluno) ver respeitada sua pessoa. (CHARLOT, 2002, p.437)

Assim:

- A violência é contra a lei e seu dano não é restrito ao espaço escolar, pois, em qualquer lugar que aconteça deverá ser punida: furtar, por exemplo.
- A transgressão é a indisciplina e fere o regimento escolar e suas regras: não ir com o uniforme escolar ou deixar de fazer as atividades previstas.
- A incivilidade é a falta de boas maneiras que transparece na desatenção com o bom relacionamento com colegas e funcionários da escola: gritar e correr pela sala, por exemplo.

O próprio autor, entretanto, alerta que essa separação é frágil e sua principal função é diferenciar o que aparentemente anda embolado na escola e, assim, ajudar a escola a perceber para onde encaminhar cada caso e ver quem são os parceiros para o enfrentamento da questão.

Mas é importante esclarecer o porquê do professor e a escola não conseguirem separar tão facilmente cada ato como violência, indisciplina e incivilidade. E a razão é o que aqui já estamos discutindo desde o primeiro módulo: a escola não é apenas um espaço de aprendizagem, mas um espaço de vivência e experiência da condição juvenil.

Fora da escola é possível muitas vezes diferenciar violência de incivilidade. Assim, em um assalto, por exemplo, há uma intenção de dolo do assaltante em usurpar um bem sob coação da vítima. Aqui a violência pode ser caracterizada com clareza. Já em encontros casuais como, por exemplo, um esbarrão não intencional na rua, espera-se que a pessoa com quem se choca reconheça a impessoalidade do ato, de modo que a questão se resolva com um simples pedido de desculpas.

Mas não é assim na escola e isso se dá porque nela os encontros e desencontros não são fortuitos. O esbarrão no recreio não é dado em uma pessoa aleatória, mas em alguém com quem, possivelmente, se compartilha a vizinhança no entorno da escola e se convive por 200 dias e 800 horas durante anos de trajetória escolar. Essas relações não são impessoais, mas se encontram determinadas por um conjunto de percepções construídas entre os indivíduos em que atua uma dinâmica de mútua-implicação para os atos mais banais como um esbarrão.

Assim, o que era para terminar apenas num pedido de desculpas pode virar um grande banzé que interfere, sem aviso prévio, no ritmo e planejamento das aulas.

Pensando o que seja a (in)disciplina

Mas há ainda um tipo de indisciplina que não diz respeito necessariamente a transgredir regras ou agredir colegas ou professores. É aquela indisciplina do burburinho coletivo e constante em sala de aula, aquele fuzuê diário, a famosa bagunça que normalmente deixa os professores completamente impotentes diante da turma, ou que os fazem estourar e perder as estribeiras. Nesses casos é muito comum vermos esse tipo de indisciplina sendo controlada, ou “resolvida” por meio de punições direcionadas quase sempre a alunos alvos. Ou seja, ainda que o problema a ser resolvido seja de responsabilidade da turma, quase sempre a punição, que nesse caso tem uma intenção construtiva de servir de exemplo para que os demais se policiem de seus atos, é injustamente direcionada àqueles alunos que comumente são pivôs de muitas das badernas.

No entanto, para além de buscar culpados ou responsáveis por esse tipo de indisciplina o que nos parece fundamental é entender o porquê dela ser tão recorrente e tão difícil de ser sanada, a ponto de se tornar um dos principais fatores de estresse e descontentamento docente.

Essa discussão nos remete invariavelmente a outras que já foram tratadas aqui em módulos anteriores, sobretudo as que se referem aos *sentidos* atribuídos à escola pelos alunos. Estamos falando aqui da sociabilidade juvenil e dos múltiplos sentidos que os jovens atribuem aos espaços escolares. Ser aluno e ser jovem são duas dimensões distintas da experiência juvenil.

É justamente nesse âmbito, em que o sentido da escola se relaciona a um espaço de sociabilidade, que o choque com a disciplina exigida para a sala de aula acontece. Ou seja, quando os burburinhos provocados pela interação face a face tornam-se incontroláveis, caóticos, intoleráveis. Alia-se ainda a essa situação o fato da cultura escolar dialogar pouco com a experiência juvenil, fazendo com que os jovens não encontrem espaço de valorização dos saberes compartilhados em sua comunidade.

A escola, por hipervalorizar os conteúdos escolares, assume a lógica disciplinar e vê qualquer manifestação de desacordo ou desinteresse como perda da autoridade do professor. A escola, em seus tempos recortados por disciplinas e pela sequência de conteúdos, exige uma concentração e uma rotina que é pouco flexibilizada para incorporar outras lógicas e saberes. Qualquer manifestação de discordância com essa lógica é vista como desinteresse e indisciplina.

Ver a indisciplina como algo inerente às relações juvenis não significa, contudo, que devemos nos resignar a ela, é preciso criar mecanismos para utilizá-la enquanto aliada e não inimiga. Se provocarmos discussões ou criarmos momentos nas aulas em que se permitam conversas, discussões, extravasamentos e as próprias zoações, talvez consigamos atribuir sentido ao que parece caótico.

É necessário entender que muita das ações que a escola vê como indisciplina são manifestações da sociabilidade juvenil que usa de suas interações para trocar informações das experiências vivenciadas e, assim, consolidar relações de solidariedade e companheirismo entre os jovens.

ZOAÇÃO, BULLYING, BRIGAS... ISSO TAMBÉM É INDISCIPLINA?

Partindo então do fato de que a escola representa também um espaço de sociabilidade e não apenas um local para se estudar, achamos pertinente refletir sobre como os conflitos, latentes ou explícitos, se dão nas relações entre colegas e amigos no ambiente escolar.

A que nos referimos quando falamos em zoação?

Em sua cidade, você já deve ter observado, por exemplo, que em dia de jogo, quando duas grandes torcidas rivais se enfrentam independentemente do resultado do jogo, uma torcida vai zoar a outra. Mesmo a que perdeu pode zoar o ganhador por um “frango” engolido pelo goleiro ou qualquer outro lance do jogo.

A zoação escolar é uma versão dessa zoação futebolística. Os alunos zoam os colegas para angariar simpatia e, assim, aumentar o seu círculo de amizades. Zoar é uma forma de impressionar e marcar território ao se diferenciar do restante. Assim como usar o boné da moda, ouvir uma música no mp3 e vestir uma camisa de determinado grupo musical, é fazendo parte da zoação que o indivíduo se diferencia dos demais, expressando seus gostos e desejos.

Zoar é, pois, uma maneira de caracterizar as manifestações da sociabilidade juvenil que podem ser entendidas pela escola como atos de indisciplina. Zoar seria, então, uma forma específica de estar nos espaços escolares em que os alunos dão vazão a seus interesses. Para eles, é possível zoar sem romper com as regras, pois zoar se dá nas lacunas deixadas pela escola para que eles interajam entre si.

Para o professor, portanto, muitas vezes o zoar é visto como bagunça porque atrapalha a aula ao retirar o foco do conteúdo que está sendo dado. O que poderia ter sido mediado numa conversa torna-se um problema. E aí o que fazer? Como as regras disciplinares podem tratar desses embates?

Nem tudo é BULLYING!

Uma das formas de violência mais comumente debatidas nas escolas e na mídia na atualidade é o “fenômeno” bullying. As atitudes que o representam são antigas, mas o termo foi criado pelos ingleses somente na década de 1990 e refere-se a manifestações repetidas de intimidação entre agressor e vítima. De alguns anos pra cá o termo passou a ser usado com tanta frequência e para designar atitudes tão diferenciadas, que seu significado acabou sendo relativamente banalizado, passando a se considerar toda e qualquer forma de zoação direcionada a um outro como sendo prática de bullying.

Nesse sentido é importante diferenciarmos tanto os termos quanto as práticas, pois o que parece é que há exatamente uma confusão que trata de forma equivalente termos que dizem de práticas bem diferenciadas. Recentemente foi publicado em um site de notícias uma reportagem com depoimentos de famosos que alegam ter sofrido bullying na adolescência.

Veja: http://educacao.uol.com.br/album/20110811_famosos_bullying_album.htm. Além de tratá-los como exemplos de superação, curiosamente a maior parte dos casos parecem muito mais típicos de dinâmicas próprias da zoação do que práticas de bullying (claro que teríamos que conhecer a fundo cada caso para saber a gravidade das agressões alegadas). Sofrer “bullying” por ser perfeita demais, como é o caso da Kate Middleton, esposa do príncipe William, ou por que o encantamento das meninas gerava ciúmes nos meninos, como é o caso do ator Leonardo Miggiarin, parece um tanto descabido. E mais, ao tratar tudo como farinha do mesmo saco, acaba-se minimizando o que realmente deveria ser combatido que são as desigualdades e hierarquias sociais praticadas na forma de racismo, homofobia e sexismo, por exemplo.

O ambiente escolar, que é um espaço de sociabilidades por excelência, apresenta-se como um lugar bastante propício para o surgimento de conflitos, violências e desentendimentos, e isso, não só é um fato, como também um aspecto intrínseco e necessário às próprias relações. Mas, quando essas formas de agressão e intimidação passam a ser sistematicamente repetidas e direcionadas a uma mesma pessoa, isso recebe um nome e condição específica: bullying.

Na escola, as formas de manifestação desse tipo de atitude variam de acordo com a idade, o gênero e o contexto, mas sempre envolvem no mínimo três agentes: o agressor, a vítima e a plateia. O “valentão” ou “valentona” só se sustentam como agressores por que há uma certa adesão de outros alunos que, seja por medo, seja pela necessidade de pertencimento a uma coletividade, acabam dando força ao coro ou, no mínimo, sendo coniventes pela passividade diante das agressões a outrem.

As formas mais comuns de violência nesses casos se dão através de apelidos pejorativos, gozações, humilhações, exclusões, isolamentos, ameaças, provocações, podendo, em casos extremos, chegar a agressões físicas. As principais vítimas costumam ser os alunos muito tímidos, ou com alguma necessidade especial, ou que não correspondem aos estereótipos normativos de gênero, ou que são negros, ou que são muito estudiosos, ou que têm algum traço físico marcante, ou seja, possuir qualquer característica que desvie do padrão tido como “normal” pode ser motivo para transformá-lo em alvo de humilhações.

A ampliação do acesso à internet e a utilização das redes sociais virtuais como uma das principais formas de comunicação e sociabilidade entre os jovens hoje, fez surgir recentemente uma nova forma de manifestação do fenômeno que é o cyberbullying.

CYBERBULLYING OU BULLYING VIRTUAL é aquele que ocorre em meios eletrônicos, com mensagens difamatórias ou ameaçadoras circulando por e-mails, sites, blogs, redes sociais e celulares. É quase uma extensão do que dizem e fazem na escola, mas com o agravante de que as pessoas envolvidas não estão cara a cara e a frequência da ocorrência deixa de ser limitada ao tempo de convivência na escola, podendo acontecer a qualquer momento.

Adaptado da Revista Nova Escola (agosto 2009)

E aí, como tudo isso se passa na sua escola? Você seria capaz de diferenciar os alunos que praticam esse tipo de agressão daqueles que são apenas indisciplinados? Como esses agressores agem na sua escola? E os outros alunos, são coniventes? Existe algum projeto na escola para se debater o assunto? Não se esqueça que o papel do professor é fundamental no enfrentamento ao bullying, e que todo cuidado é pouco no sentido de não vir a fazer parte dessa plateia. Fingir que não ouviu uma gozação desse tipo, rir junto com os alunos ou reforçar estereótipos só ajuda a agravar ainda mais esse tipo de violência.

TROCANDO IDEIAS

Tema polêmico e de amplo interesse social, o bullying esteve presente em diversos filmes que se propuseram a problematizar a questão seja de forma fictícia, seja baseado em fatos reais. Abaixo algumas boas sugestões para se provocar um debate sobre o assunto e criar na escola uma cultura do diálogo.



Elephant (EUA, 2003, Gus Van Sant)

Um dia aparentemente comum na vida de um grupo de adolescentes, todos estudantes de uma escola secundária de Portland, no estado de Oregon, interior dos Estados Unidos. Enquanto a maior parte está engajada em atividades cotidianas, dois alunos esperam, em casa, a chegada de uma metralhadora semi-automática, com altíssima precisão e poder de fogo. Munidos de um arsenal de outras armas que vinham colecionando, os dois partem para a escola, onde serão protagonistas de uma grande tragédia.

http://www.interfilmes.com/filme_12322_elefante.html

Bang Bang Você Morreu (EUA, 2002, Guy Ferland)

Trevor era tido como “bom aluno”, mas a contínua perseguição que

sofre vai lhe marcando até o ponto em que ameaça explodir com todo o time de futebol da escola. É então que o professor Duncan tenta usar o teatro para trabalhar os problemas que não são apenas de Trevor, mas de toda a escola - e da comunidade como um todo. As dificuldades no entanto são enormes, na medida em que quase todos jogam a culpa no “aluno problema” e se recusam a rever suas condutas, fazendo o possível para que Duncan e seus alunos não prossigam com seu projeto.

(<http://filmescomlegenda.net/fcl/bang-bang-voce-morreu-bang-bang-youre-dead-2002/>)

As Melhores Coisas do Mundo (Brasil, 2010, Laís Bodanzky)

Mano tem 15 anos, adora tocar guitarra, beijar na boca, rir com os amigos, andar de bike, curtir uma balada. Um acontecimento na família faz com que ele perceba que virar adulto nem sempre é tarefa fácil: a popularidade na escola, a primeira transa, o relacionamento em casa, as inseguranças, os preconceitos e a descoberta do amor. Em meio a tantos desafios, Mano descobre e inventa as "Melhores Coisas do Mundo".

(<http://cinema.uol.com.br/filmes/2009/as-melhores-coisas-do-mundo.jhtm>)

A violência em contextos escolares

A violência é algo mais sério e deve ser pensada com mais cuidado.

Seguindo a definição de Bernard Charlot, o conceito de violência “deve ser reservado ao que ataca a lei com uso da força ou ameaça usá-la: lesões, extorsão, tráfico de droga na escola, insultos graves”, e, infelizmente ela se encontra cada vez mais presente em nossas escolas. Mas o que deve ser encarado de frente é que a violência pode surgir por diferentes razões e combatê-la exige a soma de diferentes esforços.

Parte da violência pode ser tratada dentro da escola, como as expressões de relações conflituosas geradas pelas interações de alunos, professores e funcionários. Mas parte dos fenômenos de violência deve ser tratada por diferentes agentes e instituições que poderão conjugar ações de caráter repressivo, de efeito mais imediato, com ações

mais educativas, de efeitos mais duradouros, por seu caráter formativo e de mobilização social.

A sociedade brasileira vem, nos últimos anos, criando uma rede de proteção da criança e do adolescente que busca afastar jovens com trajetória de risco pessoal ou social de agentes que atentam contra sua dignidade através da (re)inserção dos mesmos em contextos educativos. A escola é uma dessas instituições e participa dessa rede.

Sabemos que essa rede só se fortalecerá quando nós nos sentirmos parte dela e, assim, colaborarmos na sua efetiva concretização. Cabe à escola buscar parceiros nessa luta, para melhor perceber como as suas dimensões podem estar reproduzindo sentimentos de menor valia na comunidade escolar e que a deixa vulnerável à violência. Algumas formas de violência presentes não cessarão de acontecer em seu entorno apenas por uma intervenção da escola, mas é possível minimizar que a escola seja alvo da violência e saiba melhor enfrentá-la caso se dêem tais episódios como, por exemplo, quando o tráfico de drogas aproxima-se do espaço escolar e de seus alunos.

É necessário, portanto, que a escola reveja os seus critérios de justiça quando trata qualquer ato que contrarie as regras de convivência sejam elas ações indisciplinadas, de incivilidade ou de violência.

A questão da justiça escolar



A primeira coisa para pensar uma escola justa é compreender como as regras são definidas, quem as define e como elas são aplicadas.

Uma das maiores reclamações dos alunos é que são os professores, junto aos diretores e a coordenação pedagógica, que definem as regras, bem como quando elas devem ser aplicadas e a quais sanções os alunos devem ser submetidos. Desse modo os

alunos alegam, então, que não só não compartilham da elaboração das regras como também estão sujeitos a punições e sanções das quais não têm clareza.

Quem define, portanto, o que é justo ou injusto são os professores. E como já vimos, muitas vezes os professores vêem apenas jovens sob a ótica do aluno e filtram toda a gama de experiência juvenil através de critérios apenas escolares de rendimento e comportamento. Assim, o bom aluno é o que tem certas características, nos outros faltam essas características.

As regras, por sua vez, também não são aplicadas igualmente a todos, nem mesmo em contextos semelhantes, o rigor com que elas serão ou não cumpridas dependerá também do julgamento do professor a respeito do aluno que cometeu uma determinada infração.

Os critérios que norteiam o julgamento dos professores em relação aos alunos e, conseqüentemente, o modo como as regras são aplicadas a cada um deles, se baseiam no bom ou mau desempenho e comportamento. Tal julgamento produziria, no limite, quatro tipos de alunos, sendo considerado: *forte* aquele que tem bom comportamento e boas notas; *fraco* aquele que não tem boas notas, apesar de ser bem comportado; *mediocre* o que além de não ter boas notas não tem bom comportamento e por fim o *malandro* que não tem bom comportamento, mas consegue tirar boas notas eventualmente.

Desse modo, se pensarmos em uma situação em que o professor está conferindo quem fez ou não a lição de casa, é possível que ele puna o aluno “malandro” que não fez o dever, ainda que ele tenha uma boa justificativa e que isente a aluna “forte” de igual punição independentemente de qual seja o motivo do não cumprimento da tarefa.

Espera-se sempre que o aluno que tenha algo a dizer haja sempre em nome do aprimoramento da ordem e da organização da escola. Porém essa expectativa muitas vezes contradiz e ignora as múltiplas relações que os jovens estabelecem com a escola. Temos aqui um conflito latente de interesses que exige alargar o que cada um compreende da atitude do outro para que a regra seja aplicada de forma mais justa.

A charge do Quino, que faz uma crítica ao conservadorismo da instituição escolar, tem aqui o intuito de provocar uma reflexão sobre as possibilidades de mudanças e intervenções na realidade escolar a partir de propostas construídas coletivamente, se modo a incluir o próprio jovem nos debates. Em um relatório de uma pesquisa realizada pela Rede de Observatórios de Direitos Humanos, coordenado pelo

Núcleo de Estudos sobre Violência da USP, intitulado “Os jovens, a escola e os direitos humanos”, os jovens alunos pesquisados sugerem:

Para resolver e apurar conflitos:

- As regras de convivência na escola devem ser claras para todos e devem ser discutidas com a equipe de professores, funcionários e alunos.
- Todos os conflitos que envolvam violência e discriminação têm de ser levados à direção e apurados de forma transparente.
- Garantir que todos os envolvidos no conflito, inclusive os alunos, exponham suas versões e sejam ouvidos.
- Punir os alunos que se envolvem em conflitos com medidas pedagógicas e educativas dentro da escola, evitando o envolvimento de policiais na repressão aos alunos.
- Criar uma “ouvidoria das escolas”, para o recebimento e apuração de denúncias anônimas sobre problemas e conflitos graves como, principalmente, a violência física e a discriminação ocorridas dentro da escola.

Para enfrentar os problemas de violência e injustiça nas escolas:

- Envolver toda a equipe da escola, alunos, seus familiares, outros representantes da comunidade e de outras escolas na discussão dos problemas de violência na comunidade e na escola, na busca de soluções.
- Envolver grupos de alunos na “observação” dos problemas de segurança na sua comunidade, trazendo a discussão da situação da comunidade como parte dos conteúdos das disciplinas.
- Trabalhar com o tema dos Direitos Humanos e, a partir dele, discutir a realidade e o funcionamento da própria escola.

Para determinar as regras de convivência nas escolas:

- Evitar centralizar, somente na direção, a elaboração e aplicação das normas de convivência.

- Buscar o envolvimento dos pais, professores, alunos e funcionários na formulação e aplicação das regras de convivência, através da criação de conselhos com participação desses diferentes grupos.
- Garantir e estimular a criação de grêmios em todas as escolas, eleitos e formados por alunos, com autonomia e independência garantidas.
- Estabelecer, em conjunto com a comunidade, quais serão as medidas adotadas para controlar a entrada nas escolas, como uso de uniforme, carteirinhas e horários de abertura e fechamento dos portões.

Adaptado do Relatório de Cidadania II: Os jovens, a escola e os direitos humanos, acessem pelo site:

http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/os_jovens_a_escola_e_os_direitos_humanos.pdf

ENFIM...

Chegamos ao fim do nosso eixo temático e esperamos que as reflexões ocorridas tenham sido interessantes e que tenhamos aprendido um pouco mais nessa jornada.

Sabemos que a discussão da relação dos alunos com a escola e suas regras não é fácil de ser feita e que muitos são os fatores que devem ser levados em consideração quando pensamos em intervir em situações como essas.

Desejamos, portanto, que permaneçamos atentos e antenados com o que se passa na escola e com seus alunos. Buscando sempre ver no jovem que há “por detrás” dos alunos um sujeito com práticas sociais ricas e interessantes com quem a escola pode partilhar conhecimentos em sua formação no Ensino Médio.

Até breve!

COMPARTILHANDO FRAGMENTOS

Os professores poderão escolher uma, duas ou três das atividades sugeridas. A forma de apresentação da realização da atividade será através de um debate no fórum.

ATIVIDADE UM: Recorrências no livro de ocorrência e as regras escolares

Bem, quando o professor está na frente de uma questão de indisciplina, como, por exemplo, de um aluno que não fez o dever de casa, como o professor age? E se esse aluno estava conversando durante a aula? Ou se ele foi para a aula sem o uniforme escolar? Como o professor orienta sua decisão? O que prevê o regimento escolar ou as normas disciplinares de sua escola?

E como ocorrem os registros dos atos considerados indisciplina pela escola? Há um livro de ocorrência ou algum caderno de anotações? Quem cuida desse livro ou caderno? Onde ele fica? Quem anota as ocorrências? Quais os encaminhamentos mais corriqueiros? Em que situações as famílias são convocadas? Quem são os alunos que mais estão no livro de ocorrência? E esses alunos que mais recebem ocorrência são os fortes, os fracos, os medíocres ou os malandros?

Como a escola associa então o mérito escolar com aprendizagem e comportamento quando aplica alguma sanção disciplinar?

ATIVIDADE DOIS: Brigas na escola

O filme “Pro dia nascer feliz” de João Jardim, 2006, é um documentário que busca desvendar um pouco a escola brasileira. São retratadas nele o agreste de Pernambuco, uma escola pública de periferia em São Paulo, uma escola privada freqüentada pela elite paulistana e uma escola da baixada fluminense. São exibidas diferenças significativas na estrutura física dessas escolas, nos seus alunos e nos desafios enfrentados por esses diferentes jovens.

Aqui a gente traz três trechos do filme que se referem a episódios de violência ou indisciplina. O primeiro é o caso do aluno Deivison Douglas, então com 16 anos, em que professores, diretora, educadora social e o próprio Deivison falam sobre o aluno que é o jovem Deivison. O segundo traz a história de conflitos, agressões e briga entre três garotas jovens e o terceiro, que mantém os sujeitos envolvidos no anonimato, conta o caso de um conflito na escola, entre duas jovens, que resultou em morte.

Assista os fragmentos do documentário e depois faça uma reflexão que aponte:

- Como a questão da violência e da indisciplina se apresenta hoje em dia nas escolas.

- Como a escola (representada por diretores, professores e educadores sociais) e os alunos têm lidado com episódios de violência e indisciplina na escola.
- Como essas mesmas questões são vistas e tratadas em sua escola (se possível, mencione exemplos de episódios semelhantes que já ocorreram em sua escola).

Trecho 1 -

<http://www.emdialogo.uff.br/node/3349>

Trecho 2 e 3-

http://www.youtube.com/watch?v=mCOjbeDTfGI&feature=bf_next&list=PL65EA294EAE04E89B

ATIVIDADE TRÊS: Observar os alunos em outros contextos de interação

Você já deve ter saído da escola com os alunos para outros espaços existentes em sua cidade ou entorno da escola. Ou pode ser até que você conviva com esses alunos em atividades não escolares. Você já observou como eles se comportam? Como eles tratam as normas existentes e os adultos presentes?

Que semelhanças e diferenças há entre esses diferentes espaços e as interações mantidas pelos alunos? Eles “mudam” ou são os mesmos de quando estão na escola?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARLOT, Bernard; MAGNE, Bruno Charles. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000. 93 p.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. Sociologias, Dez 2002, no.8, p.432-443.

(<http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a16.pdf>)

DUBET, François. Sociologia da experiência. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. 282 p.

DUBET, François; PADILLA, Luciano. El Declive de la institución: Profesiones, sujetos e individuos ante la reforma del Estado. Barcelona: Gedisa, 2006. 480p.

- DAYRELL, Juarez. *Multiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2001. 194 p.
- DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 303 p.
- FANTE, Cleo. *Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. Campinas: Versus, 2005. 224 p.
- NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz; GONÇALVES, Luiz Alberto de Oliveira UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Identidade juvenil e identidade discente : processos de escolarização no terceiro ciclo da Escola Plural*. 2006. 378 f.
- SANTOMAURO, Beatriz. *Cyberbullying: a violência virtual*. Revista Nova Escola, n. 233, jun/jul de 2010.
- VILLAS, Sara; NOGUEIRA, Maria Alice de Lima Gomes UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Formas de sociabilidade entre alunos de uma Escola de Ensino Técnico/Médio*. 2009. 228 f.
- WOODS, Peter. *The Myth of Subject Choise*. In: HARGREAVES, Andy. e WOODS, Peter. (orgs.) *Life in school: the sociology of pupil culture*. Stony stratford: Open University Press, 1984b, p.45-60

OUTRAS CORES

Algumas outras abordagens sobre a questão da violência na escola.

A violência na escola preocupa a toda sociedade. Principalmente por se tratar de um espaço em que se depositam todas as esperanças educativas acerca das novas gerações.

A escola é para ser um lugar seguro para abrigar as crianças e jovens. Mas, infelizmente, não é isso que a percepção sobre o fenômeno da violência nos faz sentir em relação à escola.

É, portanto, pertinente que surjam várias abordagens para explicar o fenômeno da violência em espaços escolares. Essas abordagens surgem tanto nas reflexões teóricas dos pesquisadores sobre violência em meio escolar, quanto nas políticas públicas

preocupadas em minimizar os efeitos da violência e vencer suas causas. E essa separação é inicial, pois ambas participam de um mesmo esforço e muitas vezes se interpenetram.

Aqui há algumas dessas abordagens, faça um bom uso dessas referências. Elas podem se tornar uma caixa de ferramentas para saber mais.

Cuidar da escola

A teoria das janelas quebradas é como ficou conhecida a abordagem que diz haver uma conexão direta entre a aparência da desordem e o crime efetivo. Assim, uma escola que não tem um ambiente bem cuidado, como uma janela quebrada, passará uma mensagem de que ali não se cuida do ambiente e que potenciais transgressores poderão praticar outros atos contra as regras: pichação, quebra do patrimônio, brigas, vandalismo.

O que essa teoria sugere é que não se deve deixar a janela quebrada para que nenhuma mensagem de “aprovação” de depredação e outras violências mais graves seja transmitidas.

Essa teoria deu origem às políticas públicas denominadas Tolerância Zero que buscam impedir pequenos atos infracionais como prevenção ao crime. Uma das críticas que se fazem a esse tipo de abordagem é que verticaliza a prevenção ao delito, pois quem identifica os pequenos delitos é quem é responsável por aplicar a pena. Ou seja, esse tipo de política pode se tornar veículo de preconceitos e servir para discriminar algumas populações específicas, como negros ou pobres.

Mas vale o alerta, uma escola bem cuidada passa a imagem de que as pessoas se importam com aquele espaço e querem manter o ambiente agradável para todos e todas.

A escola não é uma ilha: abrir a escola para a comunidade

Já é clássico o debate na educação sobre como a escola se torna um espaço elitista em relação a seu entorno.

Assim, a cultura escolar se investe de qualidades distantes das que são partilhadas pelos que nela buscam reconhecimento. Aqui, diferentes abordagens teóricas e conceituais tentam explicar esse paradoxo da escola visto que ela se declara como o

lugar da aprendizagem capaz de trazer mobilidade social e, simultaneamente, são os que mais precisam da escola que nela fracassam.

Duas dessas abordagens são bastante conhecidas. As contribuições de Bourdieu e Foucault, ambos franceses, vão aclarar, por diferentes caminhos teóricos, como a escola incorpora um ethos, uma ordem simbólica, que exerce sobre os alunos uma coerção sistêmica em que os que não possuem o mérito escolar serão marcados como inaptos a prosseguir na escola.

O peso da cultura escolar e de sua seletividade exclui os que não compartilham dos mesmos interesses e não dispõem dos mesmos referenciais culturais valorizados pela escola. Um bom exemplo desse descompasso seria o uso da língua feito pelos jovens com suas gírias e variações linguísticas que são vistos pela escola, como prevê a norma culta, como incorreção.

O que se busca, frente a essa característica dos sistemas escolares, é tanto alterar a organização da escola, como diminuir a distância entre a escola e a cultura dos alunos e do seu entorno.

Recentes experiências educativas pelo Brasil vêm renovando esses dois flancos que circundam a questão do fracasso escolar das camadas populares. Vale a pena citar aqui projetos como os de ampliação da jornada escolar com a diversificação das práticas educativas e a incorporação de outros sujeitos e saberes. Entre esses projetos dois são bem presentes em todo o Brasil: o “Programa Mais Educação” e o “Programa Escola Aberta”, ambos do governo federal.

Texto “Programa Mais Educação: passo a passo”.

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf

Texto “Programa Escola Aberta”

http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/proposta_pedagogica.pdf

Programas específicos de combate à(s) violência(s)

A violência é uma questão multifacetada. Possui diferentes expressões e atinge diferenciadamente às pessoas.

Em um país como o Brasil, com grandes desigualdades na distribuição da riqueza, é claro que as pessoas mais pobres são vítimas de discriminação por sua condição de classe.

Diferentes programas buscam minorar esse impacto na permanência dos alunos na escola e já fazem parte da política de assistência ao estudante como merenda escolar, distribuição de material didático e garantia do transporte escolar para todos os matriculados na rede pública.

Outros programas buscam atacar populações mais específicas. Como, por exemplo, os mais pobres e que vivem numa situação de pobreza e extrema pobreza, pois se sabe que para esse grupo a ausência de acesso a uma renda mínima está intimamente conectada ao desempenho na escola e o seu abandono precoce pelos alunos que são obrigados a se inserem na mendicância ou trabalho precário para aumentar a renda familiar.

O mais famoso programa é o Bolsa Família, sucedâneo do Bolsa Escola, que busca transferir renda com condicionalidades e que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Para saber mais: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

Vale a pena citar ainda o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) que busca retirar crianças e adolescentes de até 16 anos das práticas de trabalho infantil, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme previsto pela legislação específica.

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>

Algumas pessoas, entretanto, são regularmente vítimas de preconceito e discriminação como mulheres, negros, índios, portadores de necessidades especiais, gays, lésbicas e travestis. Essas são formas de violência que não se restringem a um grupo populacional específico, mas a pessoas que por sua identidade, comportamento ou característica são depreciadas e podem sofrer acoso no interior da escola.

Várias ações governamentais buscam tratar dessas questões, as que possuem mais visibilidade são:

O Programa de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, mais conhecido como Programa Sentinela, busca prevenir e combater a exploração sexual de crianças e adolescentes.

<http://www.abrasil.gov.br/nivel3/index.asp?id=63&cod=VCIDA>

Acerca das discriminações por origem étnico-racial, após a aprovação da lei 10639/03, alterada pela lei 11645/08, que alteraram a LDBN 9394/96, é obrigatório ações que busquem combater o preconceito racial que atinge negros e indígenas no Brasil. Saiba mais e implante políticas antidiscriminatórios em sua escola.

Conheça o Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnicorraciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana:

http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/plano_nacional_de_implementacao_das_diretrizes_curriculares_nacionais_para_educacao_das_relacoes_etnicorraciais.pdf

Acerca das políticas públicas para o combate à homofobia temos o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. Conheça-o em:

http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/programa_de_combate_a_violencia_e_a_discriminacao_contra_gltb_e_de_promocao_da_cidadania_homossexual_1.pdf

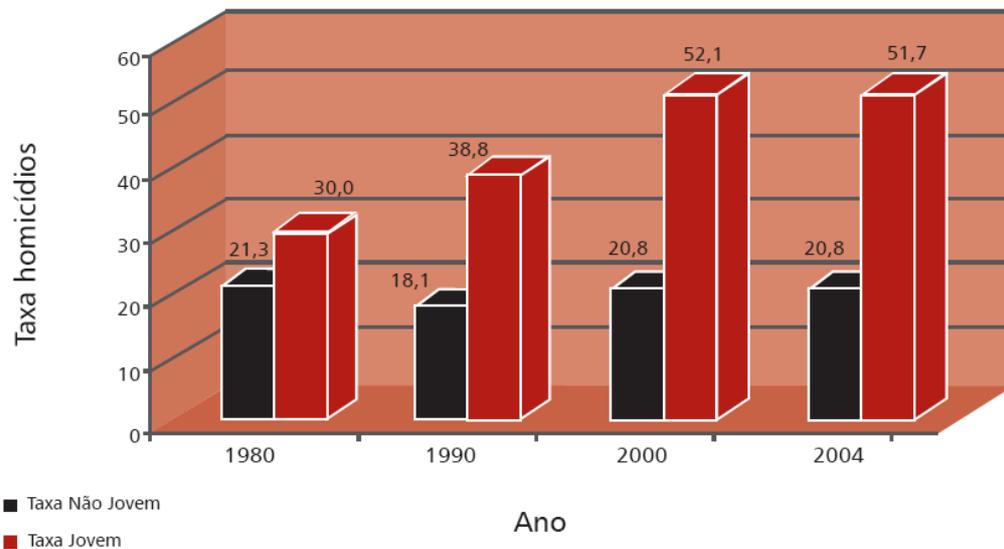
E para saber mais, veja os eixos temáticos específicos do curso sobre relações étnico-raciais na escola e sexualidade e gênero.

Os jovens e a violência urbana, vítimas e algozes

Os jovens das camadas populares são vistos como violentos. São eles que aparecem nas estatísticas por não apenas possuírem uma escolaridade acidentada, mas por realizarem incursões em atividades que trazem algum risco pessoal ou social a sua integridade física ou psíquica. A questão da violência urbana é aqui emblemática dessa situação em que os ganhos são muito inferiores as perdas. O dinheiro, poder ou prestígio que possam ser aquiridos em atividades associadas ao crime, além de empurrar esses jovens para a marginalidade, representam uma investida arriscada em que eles se tornam as principais vítimas.

Entre 1980 e 2004, a porcentagem dos homicídios na população jovem cresceu significativamente em proporção aos não jovens. Em 2004 já são 51,7% de jovens contra 20,8% de não jovens que cometem crime.

Gráfico 3.10.2 Taxas de homicídios jovem e não jovem
Brasil: 1982/2004



Ser jovem é um risco de vida em algumas realidades brasileiras e esses jovens se arriscam quando incursionam no crime. Aqui algoz e vítima se emparelham. Esses jovens se marginalizam na dupla acepção do termo por serem postos à margem e por se encantarem pelas “facilidades” da delinquência.

Mas não se deve esquecer que eles são jovens e cabe a nós, adultos, a responsabilidade de guiá-los. Um dos aspectos mais alarmantes, nesse debate, é o que trata-se de jovens negros e que, portanto, há uma associação perversa entre exclusão social e discriminação racial. Vale a pena consultar o eixo temático sobre relações étnico-raciais do nosso curso.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2006. Brasília: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2006, p. 73.

Disponível em:

<http://www.movimentodeemaus.org/controle/cadastro/estatistica/arquivo/10.pdf>

Os jovens e o eca

Infelizmente, para alguns educadores, o Estatuto da Criança e do Adolescente pune a escola quando prevê a matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino – um sentimento também presente frente a outras políticas de inclusão

social como as que vinculam frequência escolar e acesso a programas de transferência de renda.

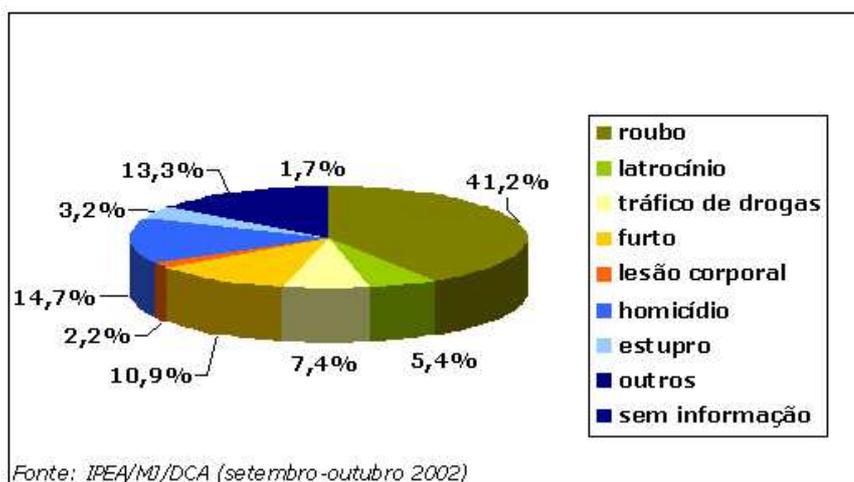
Mas é justamente o oposto o espírito da lei. Reinsere o jovem na família e na escola são as duas primeiras medidas consagradas pelo ECA. Se é a condição juvenil que os tornam vulneráveis a pressões sociais, são justamente essas duas instituições que devem orientá-lo em seu amadurecimento psicossocial. Por isso a ênfase das medidas protetivas previstas pelo ECA articula-se com a manutenção da família e sua (re)inserção na escola.

E aqui é necessário desfazer um mito. O mito de que são muitos os jovens em conflito com a lei. Segundo o gráfico abaixo, percebe-se que esse número é bastante reduzido.



Ou seja, no biênio 2005/2006, apenas 0,14% dos adolescentes, jovens entre 12 e 18 anos, estavam em conflito com a lei e, portanto, estavam efetivamente inseridos em algumas das medidas socioeducativas previstas pelo estatuto.

Somente aqueles que estão em medida de privação de liberdade, portanto, na última medida prevista já como recurso limite, é que foram agentes de alguma infração que põe em risco sua inserção social.



Outro mito decorrente do primeiro é que são esses os alunos enviados à escola. E que a escola, portanto, torna-se um “reformatório” por abrigar meninos e meninas perigosos. É necessário esclarecer, como prevê o ECA, que cabe aos operadores do direito a decisão sobre a privação da liberdade a que será submetido o adolescente infrator e que, portanto, a reinserção escolar serve justamente aos que não representam risco para o convívio social e que são enviados à escola como uma medida socioeducativa capaz de retomar os laços sociais que estão em risco.

Conheça o ECA na íntegra:

<http://www.paulinia.sp.gov.br/viveremfamilia/pdf/estatuto.pdf>